



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO

**DIREITO ADMINISTRATIVO –
LICITAÇÕES – DISPENSA DE
LICITAÇÃO – ART. 75, INCISO VIII – LEI
FEDERAL N. 14.133/2021 –
CONTRATAÇÃO - SERVIÇOS
TÉCNICOS PARA PLANEJAMENTO,
ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
– CONCLUSÃO.**

Trata-se de processo administrativo encaminhado à esta Procuradoria Jurídica para análise da legalidade, conforme determina o art. 72, inc. III, da Lei 14.133/2021 e art. 38, inc. VI, do Decreto Municipal n. 8.519/2023 para a instrução do processo de contratação direta, que aqui se objetiva realizar para a contratação emergencial de empresa para a prestação de serviços técnicos para planejamento, organização e execução de processo seletivo simplificado.

Constam do processo administrativo os seguintes documentos:

- a. Documento de formalização de demanda;**
- b. Autorização de abertura do processo de contratação;**
- c. Pesquisa de preços preliminar;**
- d. Estudo técnico preliminar;**
- e. Termo de referência;**
- f. Justificativa da escolha do fornecedor;**
- g. Propostas/orçamentos;**
- h. Documentos de habilitação;**
- i. Minuta contratual**

Pois bem.

De início, salienta-se que o exame aqui realizado se limita aos aspectos exclusivamente jurídicos do procedimento, excluindo-se aqueles de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade, inclusive quanto ao detalhamento do objeto, suas características, requisitos e especificações ou condições econômico-financeiras. Sobre tais dados, parte-se da premissa de que a Secretaria Requisitante





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

se equipou dos conhecimentos específicos imprescindíveis à sua adequação às necessidades do Município.

Oportuno esclarecer também que as considerações feitas por esta Procuradoria Jurídica não têm caráter vinculativo, tampouco decisório, de modo que o seu acolhimento ou não decorre do exercício da competência discricionária da Autoridade Competente. Por outro lado, o prosseguimento do feito sem a correção de eventuais questões que envolvam a legalidade, de observância obrigatória pela Administração, apontadas como óbices a serem corrigidos ou superados, são de responsabilidade exclusiva da Secretaria Demandante.

E, quando se diz que “parte-se da premissa de que a Secretaria Requisitante se equipou dos conhecimentos específicos imprescindíveis à sua adequação” é porque a dispensa do processo licitatório deve ser a exceção nas contratações da Administração Pública, preferindo-se a realização do certame para garantia da competitividade e do princípio constitucional da isonomia, o que inclusive é a orientação reiterada por esta Procuradoria.

No entanto, como exceção à regra geral, a própria Lei de Licitações prevê possibilidades de dispensar a licitação, compreendendo casos em que constatada emergência ou calamidade pública, *“quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos”* (art. 75, inc. VIII, da Lei Federal n. 14.133/2021).

Diga-se isso porque a proposta de contratação direta via dispensa de licitação aqui analisada tem fundamento jurídico no dispositivo supramencionado. De acordo com os documentos anexados ao procedimento, objetiva-se a “manutenção de serviços públicos essenciais mediante a imediata realização de um processo seletivo simplificado de pessoal para preenchimento de vagas temporárias, decorrentes de adaptações funcionais, afastamentos, etc. e vinculadas a situações





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

de excepcional e temporário interesse público, conforme previsto no art. 145 da Lei n. 303, de 27 de março de 2024, e art. 140 da Lei n. 304, de 27 de março de 2024”, o que justifica nas razões expostas no termo de referência, com o ateste pela Secretaria Requisitante de que a contratação é emergencial, e a medida mais adequada para procedê-la por dispensa de licitação.

Dito isso, o processo deverá ser instruído com a documentação exigida no art. 72 da Lei Federal n. 14.133/2021:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Da análise dos autos, o objeto da presente contratação foi classificado como serviço comum, de onde se subentende que sua especificação é realizada de modo suficiente no estudo técnico preliminar e termo de referência, não sendo o caso de análise de riscos, projeto básico ou projeto executivo, além de desnecessária a elaboração de pareceres técnicos.

Consta a pesquisa de preço com a indicação da estimativa da despesa e no termo de referência, a dotação orçamentária reservada para o gasto futuro. Na justificativa da escolha do contratado, a Secretaria Requisitante declarou a compatibilidade dos preços encontrados com o praticado no mercado, o preço a ser contratado e a empresa vencedora, além da previsão orçamentária que também é atestada pelo Setor de Contabilidade, e o preenchimento das condições de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista.

Por fim, verifica-se que foi acostado ao procedimento a minuta contratual que cumpre as exigências do art. 92 da Lei de Licitações.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

Diante do que restou exposto, nos termos dos artigos 75, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021 e demais dispositivos aplicáveis, assim como dos princípios que regem a administração pública em geral, conclui-se a análise dos documentos da presente contratação direta com o indicativo de que o procedimento de compra direta via dispensa de licitação em tela atende os requisitos legais exigidos, restando ponderar as seguintes recomendações:

a. Que a Autoridade Competente, promova a divulgação e manutenção do ato de contratação em sítio eletrônico oficial, nos termos do art. 72, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

b. Que se promova a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de até 10 (dez) dias úteis, para que assim o contrato possa produzir seus efeitos legais, nos termos do art. 94, inc. II da Lei 14.133/2021;

c. A advertência da necessidade de o contratado manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação.

Nada obstante a possibilidade de dispensa do procedimento licitatório, não se pode deixar de destacar que, ainda que se trate de situação elencada no rol de hipóteses em que a licitação pode ser dispensada dada a constatação da situação de urgência pelo Setor Técnico competente, cabe à Administração Pública, discricionariamente, considerando as circunstâncias do caso concreto, decidir pela realização ou não.

Sem mais para o momento, é o parecer, o qual está condicionado ao aval da autoridade competente.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 26 de novembro de 2024.

RAFAELA PRIM
OAB/SC n. 65.539

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória no 2.200-2/2001 e Lei Federal no 14.063/2020.

